



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122665 - SP (2020/0006137-5)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : G U B R (PRESO)  
**ADVOGADO** : ROBERTO RIBEIRO DE ALMEIDA E OUTRO(S) - SP202702  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**CORRÉU** : A L R DE A

### EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE NEGADO. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. PRECEDENTES. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.  
Recurso em *habeas corpus* improvido.

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **G U B R** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2224151.2019.8.26.0000, assim ementado (fl. 77):

*Habeas corpus*. TRÁFICO DE DROGAS. Condenação. Negativa do apelo em liberdade. Pretendida concessão. Inadmissibilidade. Paciente que estava preso por outro processo durante toda a Instrução processual do presente feito, no qual também foi condenado em 1º Grau por associação para o tráfico com 12 corréus, demonstrando periculosidade. Inexistência de constrangimento ilegal. Necessidade da custódia para a garantia da ordem pública e aplicação da lei penal. Decisão devidamente fundamentada com base em elementos concretos. Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.

Narram os autos que o Juízo da 3ª Vara Criminal da comarca de São José do Rio Preto/SP, nos autos da Ação Penal n. 0035624-07.2018.8.26.0576, condenou o recorrente a 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão, e 630 dias-multa, em regime fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/2006, decretando, na oportunidade, a custódia preventiva.

Arguindo a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, requer o recorrente, em suma, a revogação da prisão preventiva para que possa responder ao processo em liberdade.

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte (fl. 109).

Prestadas as informações (fls. 112/120), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Marcelo Muscogliati, manifestou-se pelo não provimento do recurso (fls. 124/128).

É o relatório.

Consoante relatado, pretende o recorrente a revogação da custódia cautelar, decretada pelo Juízo de primeiro grau, ao prolatar a sentença.

Por oportuno, confira-se o teor da sentença (fls. 12/13 - grifo nosso):

Passo a dosar a pena do réu G. A pena-base tem por referência o preceito secundário do artigo 33, *caput*, da Lei 11.343/06, cuja previsão mínima é de 05 anos de reclusão e multa. A culpabilidade é a própria do crime. Apesar do réu não possuir antecedentes (fls. 367/368), **há circunstância verificada nos autos a demonstrar maior grau de reprovabilidade na conduta, tendo em vista que possui uma condenação por associação ao tráfico de drogas, que se encontra em grau de recurso (Proc. 1044491-06.2017 - fls. 503), onde se envolveu com muitas pessoas, estando todas organizadas, com divisão de tarefas preordenadas para a prática de crime grave (tráfico de drogas e associação), sendo indicativo de periculosidade, demonstrando péssima conduta social, personalidade voltada à delinquência e, ser integrante de organização criminosa, bem como possui dois processos em andamento por tráfico de drogas, os quais tramitam nesta Vara Criminal e se encontram em fase de instrução criminal (Proc. 0035623-222018 - fls. 505 e Proc. 0034348-38.2018 - fls. 504, aplico a pena base acima do mínimo legal, 05 anos e 04 meses de reclusão e 540 dias-multa.**

[...]

Diante do requerimento do Ministério Público e da presença dos requisitos legais, verifica-se que há nos autos elementos que demonstram a materialidade do delito e autoria, já que condenados nesta audiência à pena superior a 4 anos. O *periculum libertatis* encontra-se presente. A medida é necessária para garantir a aplicação da lei penal, ou seja, a efetividade do processo penal. **Além disso, há que se garantir a ordem pública, para impedir que eles voltem a delinquir, na medida em que se trata de grave delito. Ademais, o réu A L é reincidente e G também responde a outros processos de tráfico.** Assim, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DOS ACUSADOS Expeçam-se os mandados de prisão. Transitada em julgado, lancem-se o nome dos réus no rol dos culpados.

[...]

Ora, do exposto, irrepreensível o acórdão recorrido ao asseverar (fl. 78 - grifo nosso):

Como já ressaltado na decisão liminar, muito embora o paciente tenha respondido ao processo de origem solto, o direito de recorrer em liberdade foi indeferido pela MM.<sup>a</sup> Juíza *a quo* com fulcro na necessidade de garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, destacando que durante a instrução processual ele permaneceu preso por outro processo, no qual também foi condenado em 1º Grau por associação para o tráfico com 12 corréus (fls. 12/13).

Portanto, conquanto sucinto, o indeferimento do direito ao apelo em liberdade foi fundamentado com base em elementos concretos, nos termos do art. 387, § 1º, do CPP.

Vale salientar, aqui, que, em pesquisa de distribuição de feitos em nome do paciente no Sistema SAJ, confirma-se que G não estava em plena liberdade ao responder ao processo em tela, mas, de fato, se encontrava **preso por outra ação penal desde 01/09/2017** (autos n° 1044491-06.2017.8.26.0576 delito de associação para o tráfico, findo o qual ele foi condenado à pena de 03 anos de reclusão, em regime inicial fechado, por sentença prolatada em 08/03/2019, cf. fls. 347/348 e 18.982/19.269), o que reforça sua periculosidade e a necessidade de mantê-lo custodiado para garantir a **ordem pública**.

Como se vê, foi devidamente fundamentada a segregação cautelar, dado o fundado receio de reiteração delitiva, posto que o recorrente responde a outras ações penais: uma pela prática de associação para o tráfico - ação penal na qual se encontra custodiado -; e duas outras pela prática do mesmo delito - tráfico de entorpecentes.

Assim, demonstrada a periculosidade social do recorrente, incompatível com a manutenção do *status libertatis*, revela-se necessária a sua prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

*Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade* (HC n. 465.434/AC, Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 23/9/2019). No mesmo sentido: RHC n. 115.132/MG, Ministro Joel Ilan Paciomi, Quinta Turma, DJe 7/10/2019.

*Ademais, é da jurisprudência das Turmas que compõem a Terceira Seção deste Superior Tribunal a permissividade de se negar ao acusado o direito de recorrer solto da sentença condenatória, se presentes os motivos para a segregação preventiva, ainda que o réu tenha permanecido solto durante a persecução penal* (HC n. 498.620/CE, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 6/5/2019).

Por fim, concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator